

Calmon alerta sobre consequências do plano econômico na educação

CORREIO BRAZILIENSE
28 JAN 1994

A educação brasileira sofre hoje três ameaças iminentes, todas elas decorrentes do plano de estabilização econômica do Governo, denunciou ontem o senador João Calmon (PMDB-ES), perante a Frente Parlamentar de Defesa das Escolas Públicas. Essas três ameaças, segundo o senador, são a redução dos recursos vinculados à receita de impostos para a manutenção do ensino, o fim do artigo que determina essa vinculação e, enfim, o desaparecimento do salário-educação.

Calmon lembrou ter sido ele próprio quem colocou na Constituição atual o princípio de gratuidade para o ensino público. Ele foi o relator do capítulo da Educação, Cultura e Desporto na Constituição.

Segundo Calmon, o plano de estabilização trará grandes pre-

juízos à educação, pois reduz os recursos vinculados à receita de impostos sobre a manutenção e desenvolvimento do ensino, ao retirar parte desta receita para o Fundo de Emergência. "Os efeitos serão sentidos quer na área federal, quer nas esferas estadual e municipal", emendou o senador.

Ele entende que tal medida irá empobrecer a educação "já em crise" para constituir um fundo que "provavelmente não a beneficiará". Outro perigo apontado pelo senador contido no plano de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso, a proposta de estadualizar as escolas e instituições federais de ensino superior. "A questão é delicada, pois nos respectivos níveis de ensino, são as que têm o mais alto custo/aluno".

Quanto ao fim da vinculação de

recursos para o ensino, Calmon diz que o efeito seria o de enfraquecer ainda mais a posição do setor educação nos orçamentos públicos. Segundo uma proposta do deputado Delfim Netto (PPR-SP), a vinculação de recursos para o ensino público seria transferida para as disposições transitórias, o que "seria um convite para administradores públicos desobedecerem a Lei Maior".

Outro temor do senador João Calmon diz respeito à proposta do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), de acabar com o salário-educação, contribuição de 2,5 por cento da folha de pagamento dada por toda empresa com mais de cem funcionários. "O salário-educação contempla precisamente o setor mais vulnerável aos cortes orçamentários e mais importante da educação, que é o ensino fundamental".